

## VER A IMAGEM, LENDO A REPETIÇÃO

Aracy Graça Ernst (UCPel)  
Marchiori Quevedo (UCPel/IFSul)  
[marchioriquevedo@gmail.com](mailto:marchioriquevedo@gmail.com)

### RESUMO

A partir de uma foto da agência Reuters a respeito do bombardeio aliado à Líbia, e da maciça reprodução dessa foto nas capas de jornais de vários países do mundo, este artigo visa a refletir acerca do estatuto da imagem na análise do discurso de linha francesa. Para isso, vale-se das pistas do excesso e do estranhamento, com as quais o analista pode, na construção do seu arquivo, restaurar o que Pêcheux (1982) definia como o espaço polêmico das diferentes maneiras de ler (ver). Nesse trabalho analítico, pensamos estar convocado o lugar não apenas do sujeito histórico de um discurso, mas também o lugar do próprio analista.

Palavras-chave: Imagem. Repetição. Agência de notícias.

### 1. *Das considerações iniciais à imagem como objeto em análise do discurso*

Quando se fala no senso comum em imagens, a discussão parece estar restrita a duas espécies: as imagens que vemos mediante um artefato cultural (uma foto, por exemplo), e as que se produzem no nosso pensamento (a imagem que temos do brasileiro, por exemplo). Se as segundas nos parecem bem contempladas na teoria da análise do discurso, a partir do conceito de formações imaginárias<sup>26</sup> – uma vez que a imagem de brasileiro é um imaginário heteróclito do qual cada divisão objetiva é facilmente relacionada a uma posição-sujeito que a avaliza –, nas primeiras, parece-nos ressoar qualquer resquício de Neopositivismo.

Isso nos parece bastante evidente quando se considera que a imagem que vemos a partir de um dispositivo textual (uma foto, por exemplo) é fruto de um, como diria Pêcheux (1995), consenso intersubjetivo. Isto é, todos veríamos a mesma imagem, embora produzamos leituras diferentes. Antes mesmo de discutirmos um gesto de interpretação de uma foto jornalística (e de sua reprodução em veículos de mídia do mundo in-

---

<sup>26</sup> O conceito de formações imaginárias relaciona-se aos lugares de uma dada formação social que determinam a imagem que o sujeito atribui a si e ao outro, a imagem que faz de seu próprio lugar e do lugar do outro. (Cf. PÊCHEUX, 1999)

teiro), nosso objetivo é problematizarmos a partir das seguintes perguntas: de fato, vemos a mesma imagem? Admiti-lo não seria o mesmo que assumir, no que tange ao visual, o pressuposto de transparência que negamos à escrita?

Para tal discussão, recorreremos à reflexão de Quevedo (2012), a partir da qual diferenciamos a imagem concreta, objeto de trocas sociais (fotografias, charges, ilustrações, pinturas etc.) – que chamamos imagem-OE (imagem-objeto empírico) – e a imagem historicamente significada, produzida pelo nosso olhar a partir dessa imagem empírica. Admitido esse ponto, consideramos rechaçado o mal disfarçado pressuposto neopositivista de uma imagem neutra anterior à divisão do trabalho de leitura, à qual se sobreporiam opacidades temporãs. O pressuposto de que partimos aqui é de uma divisão radicalmente constitutiva, realmente inscrita na objetividade material contraditória de todo produto do discurso (como o são as imagens), e de uma assunção da opacidade material que pretira, sob a alegação do consenso, a admissão de uma posição interpretativa.

Dito isso, cumpre observar que, quando vemos todos a mesma imagem (a foto de um automóvel, por exemplo), o consenso não está na existência do objeto fora do discurso (um humano sem contato com a “civilização” poderia ver outra coisa ou simplesmente não vê-lo). Está, sim, no nosso olhar, como gesto de interpretação que alude, na condição de objeto teórico da análise do discurso, não a um ato do indivíduo, mas a uma prática de significação e a um sujeito inscritos na história.

Assim sendo, o gesto de olhar – e mesmo o anterior, o de ver – é fundamentalmente um trabalho de leitura e, como tal, é realizado sempre por um sujeito histórico, atualizado no sujeito empírico/indivíduo, a partir de uma dada posição de interpretação e sob dadas condições de produção. Essa leitura mobiliza uma memória discursiva, que incide em um dado feixe de representações do imaginário. Conforme Pêcheux, a memória discursiva é o que,

face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (1999, p. 52).

A imagem não apenas funciona, como afirma Pêcheux, como “um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar” (1999, p. 51), mas também como uma materialidade a ser desopaci-

zada mediante um investimento de significação, que Mariani chamou um “trabalho de leitura” (*apud* FONSECA, 2008, p. 6).

No sintagma utilizado pela autora, reverbera a posição materialista, a partir da qual a palavra “trabalho” remonta à (re)produção/transformação de um imaginário. Nesse ponto, a positiva ambiguidade de imagem se nos revela produtiva, visto que assumem um só corpo material, na casa de espelhos de sua equivocidade, a imagem como objeto empírico, a imagem como leitura e a imagem como representação simbólica.

Assim sendo, não poderia ser nosso objeto analítico a imagem empírica, produto das trocas sociais, sob pena de adentrarmos áreas outras. Essa importa às ciências da forma ou à sociologia, por exemplo. Em uma perspectiva discursiva, parece-nos importar a materialidade (no caso, visual) do sentido, para o que concorre nosso gesto de análise a partir de procedimentos que interpretem a relação do sujeito, leitor ou analista, com a imagem como acontecimento a ser lido (visto). O que doravante chamaremos imagem é, incontornavelmente, um trabalho/investimento de significação sempre sobreposto à imagem-objeto empírico.

Tendo por escopo justamente esse investimento significativo, o dispositivo teórico-analítico deve atravessar a imagem em sua opacidade historicizadora, reparando-a<sup>27</sup> em seu trajeto de leitura; na memória em que se estabelece para aquela imagem-texto a condição do legível (visível) em relação ao próprio legível (visível). Resta assim inadmissível postular que todos vejamos a mesma imagem em lugar de considerar que, algumas ou muitas vezes, estamos todos sujeitos ao mesmo trabalho de leitura. Somos atualizações, em forte relação parafrástica, de uma forma-sujeito histórica.

A imagem empírica é, para a imagem, não só esse objeto de troca social, senão também o produto de uma operação de textualização, a qual, como recordamos a partir de Orlandi (2005), é condição *sine qua non* para a circulação dos discursos. Malgrado, em seu âmbito discursivo, a imagem seja tecida em sua opacidade e equivocidade pelo apagamento das suas condições de produção, a imagem na condição de um efeito-texto submete-se aos mesmos efeitos a que se submete o texto verbal. Assim, também a imagem se nos apresenta sob o efeito de completude, de fechamento, de coerência, de transparência, de inequivocidade etc.

---

<sup>27</sup> Reparar, em oposição a ver e a olhar, conforme desenvolvido em Quevedo (2012).

Gerada e gerida discursivamente, devemos admitir que o que a imagem “mostra”, o seu “visível”, não lhe é intrínseco, mas sim (sobre) determinado pela formação discursiva a partir da qual o sujeito histórico a produz. Se a formação discursiva “determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1995, p. 160), por extensão devemos admitir que ela também determina o que pode e deve ser visto, e isso só significa pelo confronto com a presença-ausente do que ali não está, do que não pode ser visto. O que vemos funciona por aquilo que concerta com o que podemos ver, por aquilo que opõe ao que não podemos e por aquilo em cujo lugar está.

Longe de ser um enquadramento consensual ou mesmo pacífico do olhar, uma imagem é produzida, antes de mais nada, a partir da projeção em um suporte textual de um olhar sobredeterminado, que busca administrar (ainda que em um processo falível) – a um outro olhar, outro sujeito –, essa tensa zona de (in)visibilidades. O que entendemos próprio ao dispositivo teórico-analítico da análise do discurso – e aquilo a que nos propomos neste trabalho – é produzir um gesto de análise que objetive desnaturalizar a superposição da imagem à imagem-objeto empírico, desacomodando assim esse jogo de sentidos.

A concepção de imagem aqui desenvolvida nos parece atender aos princípios da análise do discurso uma vez que convoca o sujeito (em sua acepção histórica, discursiva) à produção da imagem, à medida que ele é dela radicalmente constitutivo. Se, em termos empíricos ou nos alhures teóricos, podemos postular um sujeito individual ou social que recebe uma imagem, não nos parece ser este o objeto da análise de discurso. A imagem nunca é exterior ao sujeito, mas sim a materialidade de um jogo de sentidos entre os lugares dos sujeitos colocados em A e em B, o produto discursivo de uma relação de forças entre esses lugares.

Para tanto, buscaremos, a partir de uma foto jornalística e de sua reprodução em jornais do mundo inteiro, analisar-lhe a materialidade, construindo o dispositivo teórico-analítico a partir da análise do discurso, para virmos a ocupar uma outra posição de leitura que não a prevista/determinada pelo sujeito produtor. Pretendemos, destarte, reconhecer o gesto de interpretação administrado a partir do lugar que enuncia na posição de produtor da foto, mas não nele estacionar. Nosso objetivo maior é o de produzir um outro gesto de interpretação; um outro jogo de visibilidades; uma outra possibilidade de significação que esse objeto textual suporta.

## 2. Uma mesma diferente imagem – do objeto à análise



**Figura 1 – Foto da Agência Reuters**

Por meio dessa foto<sup>28</sup>, Goran Tomasevic registrou um dos combates em solo líbio na revolta contra o presidente Muamar Gaddafi. No dia seguinte, esse “momento preciso”, como o designou a Agência Reuters, foi reproduzido por jornais do mundo inteiro, com cujas “capas” apresentamos a montagem do anexo feita pela agência Reuters<sup>29</sup>

Na montagem original, embora se tenha a mesma foto ou imagem empírica – com nuances como recorte ou intensidade da cor em algumas repetições –, não é a mesma imagem leitura, o mesmo texto, de acordo com a perspectiva que adotamos aqui. Nesse sentido, argumentamos que essa mesma foto significará, já de per si, diferentemente em um jornal americano, europeu ou líbio (significação que será administrada pela manchete com que será “apresentada”/produzida em cada veículo). Ou seja, se a imagem empírica é a mesma, nunca é (exatamente) o mesmo texto: é sempre uma mesma diferente imagem.

---

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/fotos/veja-as-principais-imagens-da-semana-20110320-18.html>>. Acesso em: 20-03-2013

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://blogs.reuters.com/photo/2011/03/23/libya-goran-and-the-photo-that-went-around-the-world>>. Acesso em: 26-10-2011.

Dessarte, parece-nos apropriado tecer alguma aproximação entre essa repetição *ad nauseam* de uma foto da Agência Reuters e os conceitos de repetição e de relação parafrástica/polissêmica (ORLANDI, 1999). Quanto à primeira aproximação, cremos suficiente considerar que, sendo a mesma fotografia, temos uma repetição que tende à mnemônica. Valemo-nos do verbo *tender* e não do verbo *ser*, uma vez que, embora notória a manutenção das características da foto original, há em um ou outro veículo de comunicação pequenas alterações, como a intensidade da cor, por exemplo.

Se, no que tange ao conceito de repetição mnemônica, parece-nos seguro associá-lo ao nosso objeto analítico, o que temos quanto às relações parafrástica ou polissêmicas de sentido nos oferece diferente resposta. Isso porque não nos é possível, sem recorrer ao interdiscurso, definirmos *a priori* que relação – parafrástica ou polissêmica – cada textualização da foto estabelece com a original. Isso torna nosso problema teórico-analítico de veras mais interessante.

Nesse ponto, parece-nos desfazer-se uma possível improdutividade da distinção imagem empírica/imagem leitura. Avulta-se-nos aqui justamente a diferença entre a imagem empírica (e, por extensão, o nível de sua formulação visual) e a imagem como a produção de uma leitura, o processo de significação que textualiza um objeto concreto de uma troca social justamente porque o historiciza.

Isso posto, temos um interessante – e contraditório, em termos discursivos – processo de (des)constituição de uma mesma imagem. Ora temos a reprodução de uma mesma imagem empírica (fotografia), que constitui a materialidade de um processo de difusão de informações na imprensa mundial hodierna (sobre o que pretendemos adiante tecer considerações) e que permite o estabelecimento de relações de intertextualidade; ora temos essa mesma fotografia produzindo imagens (como leitura) a partir de diferentes posições ideológicas e, por isso, significando diferentemente: desde como registro jornalístico (por oposição ou aliança a denúncia/sensacionalismo etc.) até como ato medida necessária (por oposição ou aliança a retaliação/intervencionismo/abuso de poder militar etc.).

Não obstante, se essa imagem (seja empírica, seja leitura) não constitui acontecimento discursivo (visto que não instaura ruptura ou

uma nova discursividade), o acontecimento enunciativo<sup>30</sup> que a produziu (e que disciplina, sob o efeito-texto, valores do campo jornalístico, como veracidade, credibilidade, registro) suporta relações de sentido que tendem à paráfrase. Isso porque, se a imagem-leitura como produto de diferentes processos de produção de sentidos é radicalmente um objeto material contraditório (uma mesma imagem empírica suportando a produção de diferentes imagens leituras), as condições de produção desse ato enunciativo, que é estampar uma foto de uma agência internacional em diferentes veículos de mídia, apontam para algo comum: a relação entre a produção/circulação de um registro jornalístico (e toda a sorte de questões que aqui seriam pertinentes: a necessidade do registro e os valores do discurso jornalístico) e a produção de sua leitura *a posteriori* ou, nos termos que ousamos preferir: a sua produção como evidência. Para tanto, necessitaremos incursionar sobre o circuito das notícias de alcance global.

A produção de informação na atualidade demanda altos custos. Isso porque, em um mundo globalizado, acontecimentos locais, não raro, ganham proporções muito maiores de acordo com os interesses dos protagonistas mundiais, governamentais e/ou financeiros, na região. Assim sendo, seja por preocupação humanitária, seja por preocupações menos altruístas (por exemplo, com o preço dos produtos e serviços que consomem), o interesse do público leitor/telespectador é despertado para questões muito além das fronteiras nacionais.

Para atender a esse público e para diferenciar-se nesse ponto de concorrência, ter uma equipe de reportagem *in loco* pode ter impacto substancial na manutenção ou conquista de público. No entanto, a formação e o envio de equipes (muitas vezes, altamente qualificadas e bem remuneradas) a diferentes países é uma operação comercial custosa, mesmo aos grandes veículos midiáticos. Nesse ponto, a compra de material das agências internacionais de notícias, como a Reuters, torna-se uma vantajosa relação de custo-benefício a ambos os lados. Tal condição responde, em parte, pelos superlativos números das agências internacionais, em especial a Reuters, com seus 50 mil colaboradores e mais de 300 es-

---

<sup>30</sup> Considera-se, neste trabalho, "acontecimento enunciativo" como sendo da ordem da enunciação, caracterizando-se pelo funcionamento de modos específicos de dizer, dada a configuração dos elementos que aí operam: espacialidade, temporalidade e subjetividade.

critérios em 143 países<sup>31</sup>.

Para as produtoras de informação, estabelece-se um *core business* que prescinde de investimentos maiores em divulgação e em diversificação de conteúdo. Para os veículos compradores dessa informação, torna-se mais barato pagar por conteúdo internacional do que manter equipes permanentes no exterior, prescindindo de arcar com custos que vão desde deslocamentos, diárias e passagens até indenizações trabalhistas. Segundo Natali, “Mesmo redes mundiais de informação por televisão, como a CNN e a BBC, utilizam os serviços das agências para o registro de acontecimentos em locais nos quais não tenham equipes próprias” (2009, p. 48)

Terceirizar a produção de conteúdo permite uma espécie de hiperespecialização que não apenas reduz custos, mas também permite competir com a divulgação de notícias pela concorrência (inclusive aos veículos menores). Para Aguiar (2008), as condições de produção das notícias são típicas

do modo de produção industrial, por várias características análogas à das indústrias de bens materiais: produção em larga escala, ininterrupta, visando ao amplo mercado consumidor. Mais que isso, pode-se arriscar a dizer que este processo é não apenas industrial, como especificamente fordista, já que tende a homogeneizar quaisquer informações para todo o mundo (AGUIAR, 2008, p. 27).

Pela memória discursiva de fordista, pensamos poder traçar o liame entre as condições de produção de conteúdo jornalístico e não apenas a hiperespecialização (por nós suprarreferida), mas também o conceito de alienação, nos termos marxianos. O sujeito jornalista se aliena do seu trabalho à medida que o seu testemunho, a sua redação ou fotografia é devidamente pasteurizada (em outras palavras, tratada da sepsia da cor local) na operação de adequar-se ao portfólio de conteúdos de grandes agências que, por serem internacionais, os disciplinam sob um manto de aparente neutralidade que, supostamente, os torna vendáveis a veículos de diferentes países e orientações ideológicas.

Por sua vez, ainda que decorrente da alienação do trabalhador da informação em relação ao produto do seu trabalho, a consequência não é menos nefasta ao sujeito que consome as notícias, produzindo significação a partir delas. Isso porque, conforme Ramonet, a informação que re-

---

<sup>31</sup> Disponível em: <<http://maxpartner.com.br/nossos-negocios/thomson-reuters>> Acesso em: 11-01-2013.

cebemos tornou-se

de verdade e antes de tudo uma mercadoria. Não possui mais valor específico, ligado, por exemplo, à verdade ou à sua eficácia cívica. Enquanto mercadoria, ela está em grande parte sujeita às leis do mercado, da oferta e da demanda, em vez de estar sujeita a outras regras, cívicas e éticas, de modo especial, que deveriam, estas sim, ser as suas (RAMONET, 2007, p. 60).

Alienada dos sujeitos que a produzem, e abdicada de seguir regras cívicas/éticas, ou mesmo de servir de ferramenta de resistência dos sujeitos que a recebem como objeto social, essa informação assepsia-se do sujeito na exata medida que vem materializada por condições de sua produção, que a tornam mera mercadoria. Nesse sentido, a produção do fato jornalístico, bem como sua modalização, atende a esse círculo vicioso de não emancipação histórica, o que nos parece bem demonstrado por Natali, quando aponta que muito do que é percebido “no futuro como de capital importância histórica é diariamente [deixado] de lado. E, ao mesmo tempo, certos temas sem importância histórica nenhuma acabam virando notícia porque interpelam a mitologia do nosso mundo cotidiano”. (NATALI, 2004, p. 12)

Igualmente, parece-nos facilmente explicável um episódio de quase ubíqua reprodução da foto de uma agência internacional, cuja explicação parte da lógica de produção-comercialização-circulação dos conteúdos noticiosos em um mercado fortemente concentrado. Restam afinal implicadas – por essa lógica mercantilista da venda de material jornalístico por agências internacionais (frise-se: poucas e irmãs) a veículos nacionais de mídia (e com isso a reproduzibilidade dos objetos concretos de troca social no ramo jornalístico) – as condições primeiras de intertextualidade que disciplinam, a partir de um único objeto concreto, a circulação de um discurso.

No entanto, para o que importa à discussão que constitui aqui nosso objeto, resta o que falha, o que solapa o par universalidade/neutralidade desse objeto empírico, o que é rastro da materialidade da diferença ideológica em uma mesma foto. Imbricada no processo histórico de produção de significação, a falha ideológica funciona pela instauração de pontos maiores ou menores de ruptura, na textualização (polissemicamente, tanto quanto possível) do objeto primevo, fundado sob a égide do mero registro factual. Se, como diz Mariani (1999, p. 103), “a fotografia organiza o flagrante”, ousamos dizer que a falha desorganiza, desconstrói o registro.

Assim, em uma ponta do processo social, há uma injunção à esta-

bilização de sentidos pela administração primeira da foto como registro, como evidência de um acontecimento jornalístico. Já na outra ponta, o que temos é tal evidência servindo a discursos antagônicos; ou em termos mais fiéis e mais precisos: o mesmo objeto empírico suportando a produção de diferentes evidências a partir do entrecruzamento de formações discursivas diferentes. Embora tal fenômeno de significação possa soar estranho aos extramuros, é perfeitamente coerente com os princípios da análise do discurso, para a qual,

o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. (ORLANDI, 1999, p. 36)

O que nos parece ocorrer – e que se encontra na base dos processos de leitura contraditórios entre si – é a tensão dos sentidos que se movimentam na imagem leitura e que reivindicam, a partir da base material que os produz, a imagem empírica como seu suporte de textualização. Nesse ínterim, as diferentes imagens produzidas por diferentes discursos e feitas circular em diferentes veículos de comunicação, malgrado historicizem a mesma fotografia, se, de um lado materializam um mesmo processo (o processo trinômico da produção-comercialização-circulação de registros jornalísticos), de outro, estabelecem entre si relações ora parafrásticas, ora polissêmicas.

Depondo contra uma apregoada transparência da imagem (ou do sentido), vemos em ação sua objetividade material contraditória. Para efeito expositivo, podemos conjecturar facilmente três emergências de sentidos: (i) a mesma fotografia produzindo significações parafrásticas em veículos dos países da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e (ii) outras significações parafrásticas em países adversários ao alinhamento Estados Unidos-Europa Ocidental, assim como (iii) estabelecendo relações polissêmicas, na disputa de sentidos (por exemplo, a leitura do fato), entre as imagens de um e as de outro grupo.

### **3. *Do processo de leitura às considerações finais***

Nosso objetivo foi o de discutir o estatuto de imagem em análise do discurso a partir do que discutíramos em Quevedo (2012). Se nos parece essencial entendermos que os princípios e procedimentos da teoria

não podem ser preteridos por uma concepção de leitura como decodificação/recepção de um sentido, também nos parece essencial assumir radicalmente que o conceito de texto, mormente o de texto visual, não tenha, no interior dos estudos em análise do discurso, reverberações de uma posição neopositivista que pressuponha uma condição de legibilidade que apele à transparência.

Empreendendo uma leitura do texto enquanto processo de textualização (não de reconhecimento), não perdemos o caráter propriamente discursivo do trabalho analítico. Ao discernirmos o objeto de uma troca social (no caso uma foto) de um objeto de discurso (cuja evidência é tecida no entrecruzamento de memórias), o gesto de leitura supõe um olhar que vá para bem além da superfície do texto. O gesto de leitura será uma produção historicizada, bem como o texto o é.

A deliberada ausência da análise da administração de leitura da imagem pela manchete produz, justamente nesse vácuo analítico, a certeza de uma impossibilidade: não há como definirmos a relação (parafrástica ou polissêmica) das reproduções da foto original nos jornais com cada uma de suas outras formulações, apenas analisando-as de per si, sem o interdiscurso em que se situam.

É menos na recorrência de uma mesma foto (talvez inútil, se pensarmos que provavelmente a isso não ateríamos, se não fôssemos informados pela agência, dado o Niágara de informações que nos inunda todos os dias) e mais no excesso alertado dessa recorrência que nos baseamos para reconstruirmos o processo discursivo em que esse fenômeno significa.

Seguindo as pistas do excesso e do estranhamento (ERNST-PEREIRA, 2009), pensamos poder ter percebido o processo discursivo subjacente, em que a lógica empresarial de circulação de informação denega, embora não logre deter, os deslizamentos de sentidos. É justamente no, ou pelo, excesso, que a ubiquidade do produto social concreto (peça de efeitos de sentidos) entrecruza e denuncia a opacidade dos processos históricos de significação. A materialidade desse excesso verifica-se no estranhamento do uso de um produto de registro por veículos de mídia que anunciam a partir de posições-sujeito muitas vezes antípodas entre si.

É a partir dessa produtiva pista que o analista pode, na construção do seu arquivo, restaurar o que Pêcheux (1982) definia como o espaço polêmico das diferentes maneiras de ler (ver). Nesse trabalho analítico, pensamos estar convocado o lugar não apenas do sujeito histórico de um

discurso – que se vale de um dispositivo ideológico de interpretação (ORLANDI, 1999) –, mas também o do próprio analista – que se vale de um dispositivo teórico.

Embora analise a partir de um dispositivo teórico, o analista não prescinde de ser também um sujeito histórico, um sujeito de outros discursos que não apenas o da teoria, e, portanto, filiado a outros processos de produção de sentidos. Assim, pensamos que, somente ao reconhecer esse lugar histórico que ele ocupa (em detrimento de outros tantos), o analista poderá produzir um gesto de interpretação que ultrapasse a mera leitura do teor das relações (parafrásticas e/ou polissêmicas) entre as diversas (re)formulações visuais da foto em tela; distinções que não constituíram nosso objeto tanto quanto não constituiui nosso objeto a materialidade do fato retratado pela fotografia.

Por fim, retomamos Serrani, para quem

há paráfrase quando podemos estabelecer ante as unidades envolvidas uma ressonância – *interdiscursiva* – de significação, que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido. Ressonância porque para que haja paráfrase a significação é produzida por meio de um efeito de vibração semântica mútua. A meu ver, *a noção de ressonância permite incluir, na própria conceitualização de paráfrase, o sujeito da linguagem, pois ela sempre ressoa para alguém...* (SERRANI, 1993, p. 47, grifo nosso).

Valendo-nos de que ao analista também a polissemia precise “ressoar” – ou, em outras palavras, de que o dispositivo analítico montado por ele não prescinda de promover os deslizamentos/deslocamentos necessários para desacomodar o jogo de (in)visibilidades –, ousamos dizer que seu trabalho se apoia em um gesto de sensibilidade. Não a sensibilidade romantizada do pesquisador que busca “a verdade”, mas a percepção da condição de ser sensível (tanto ele quanto outrem) às materialidades do sentido. Em outras palavras, perceber a si e ao outro como ser afetado pela história, pela língua e pelo inconsciente. Acaso não passa por aí o trabalho de escuta a que os trabalhos de Freud, Pêcheux e Orlandi se referem?

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, p. Jornalismo internacional em redes. In: RIO DE JANEIRO, *Cadernos da Comunicação*, vol. 20. Secretaria Especial de Comunicação Social/Prefeitura do Rio, 2008.

ERNST-PEREIRA, Aracy. A falta, o excesso e o estranhamento. *Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>> Acesso em: 12-06-2012.

FONSECA, Rodrigo. Imagens do compromisso e da realização: que discurso é esse. *Anais Celsul*, 2008. Disponível em: <[http://www.celsul.org.br/Encontros/08/imagens\\_do\\_compromisso.pdf](http://www.celsul.org.br/Encontros/08/imagens_do_compromisso.pdf)>. Acesso em: 12-06-2012.

MARIANI, Bethania. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico: a Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina L. (Orgs.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999, p. 102-121.

NATALI, João Batista. *Jornalismo internacional*. São Paulo: Contexto, 2004.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: UNICAMP, 1982.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Trad.: Eni p. Orlandi et al. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Trad.: José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-57.

RAMONET, I. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2007.

REUTERS. Lybia goran and the foto that went around the world. Disponível em: <<http://blogs.reuters.com/photo/2011/03/23/libya-goran-and-the-photo-that-went-around-the-world>>. Acesso em: 26-10-2011.

SERRANI, Silvana. *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. Campinas: Unicamp, 1993.

QUEVEDO, Marchiori Quadrado de. *Do gesto de reparar a(à) gestão dos sentidos: um exercício de análise da imagem com base na análise do discurso*. 2012. – Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas (RS).